

Habitação e Meio Ambiente: o Fator Humano - Algumas Hipóteses para Discussão

Ricardo Figueiredo Bezerra

Universidade Federal do Ceará

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Centro de Tecnologia

1 Introdução

Constata-se que a inadequação de projetos e processos de implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social (EHISs) tem resultado em uma série de problemas de degradação ambiental (FREITAS et al. 2001). As principais alternativas de soluções recomendadas para os referidos problemas, as chamadas medidas preventivas, são:

- a) maior consideração aos condicionantes do meio físico;
- b) melhor qualidade da infra-estrutura provida; e
- c) maior conhecimento da realidade socioeconômica da população.

No entanto, seria necessário considerar, tanto nos empreendimentos de novos conjuntos como nos de urbanização de favelas, outros importantes componentes do projeto, além dos citados acima.

Estes componentes, complementares àqueles do projeto físico da área, se caracterizam por atuarem no meio social. A importância destes componentes sociais do projeto se baseia na premissa de que qualquer processo de urbanização, se não for integrado a ações de promoção social, tendem a ter os resultados de seus investimentos reduzidos ou até mesmo anulados (BEZERRA et al. 2001).

A degradação ambiental decorrente da implantação de empreendimentos habitacionais é um fato bastante comum e pode-se afirmar que as deficiências, relativas ao nível socioeconômico dos habitantes, segundo MABOGUNJE (1989), junto às deficiências de projeto e implantação, são uma das principais causas desta degradação. WAKLEY (1991) relaciona a degradação ambiental também à escassez de recursos públicos. Esta escassez, por outro lado, está associada a distorções do modelo de priorização para alocação e modo de implementação de recursos públicos para as áreas sociais (BONDUKI, 1997; PROJETO MORADIA, 2000).

É também importante considerar outros *atores sociais* que, hoje, dentro da *postura ambiental-participativa* (BONDUKI, 1997) são impres-

cindíveis ao desenvolvimento de projetos habitacionais. Dentre estes se destacam as associações comunitárias e as organizações não-governamentais (ONGs). A ação destes organismos pode significar importante suporte na realização de empreendimentos habitacionais, aí incluindo os elementos determinantes dos seus aspectos ambientais.

Partindo destes princípios, algumas hipóteses podem ser formuladas para servir de base a discussões sobre formas de otimizar os empreendimentos habitacionais, controlando os impactos ambientais decorrentes, levando em consideração não somente os componentes físicos do projeto mas principalmente os seus componentes sociais.

2 Componentes Sociais de um EHIS

Dentre os componentes sociais de um empreendimento habitacional de interesse social, podem ser citados como os principais:

- a educação com ênfase no aspecto ambiental;
- os programas de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda; e
- o desenvolvimento de processos de participação efetiva da comunidade no planejamento, projeto, implantação e manutenção do espaço urbano.

É evidente que estes três componentes possuem fortes inter-relações e todos, de alguma forma, interagem com o nível das condições ambientais em áreas habitacionais de baixa renda. Considerando os diversos elementos descritos acima e o impacto ambiental em empreendimentos habitacionais como variáveis, algumas hipóteses podem ser elaboradas. Estas hipóteses são apresentadas através de linguagem gráfica, facilitando assim a sua compreensão (BEZERRA et al. 1998). Nos gráficos apresentados, os eixos X e Y representam, respectivamente, as variáveis independente e dependente.

3 Hipóteses para Discussão

A título de definição de alguns termos usados neste trabalho, são denominados *componentes sociais de empreendimento habitacional* aqueles que se relacionam com o desenvolvimento social da população. Os principais são: a educação, a geração de trabalho e renda e o nível de participação comunitária. Como *medidas preventivas de impacto ambiental* podem ser citadas: consideração aos condicionantes do meio físico, qualidade da infra-estrutura provida e conhecimento da realidade socioeconômica da população. Como *impacto ambiental* são entendidos aqueles que ocorrem nos meios físico, biótico e socioeconômico/cul-

tural advindos da implantação de empreendimentos habitacionais. Como *padrões urbanísticos* entende-se o padrão de qualidade dos componentes da infra-estrutura e da superestrutura urbanas. *Participação comunitária* compreende a ação organizada de moradores e/ou de ONGs e *custos de urbanização* representam os investimentos aplicados na construção e melhoria do espaço urbano.

Para uma melhor compreensão das questões aqui expostas, as hipóteses estão agrupadas em duas partes. A Figura 1 apresenta a hipótese principal deste trabalho, sendo a mesma dividida em duas sub-hipóteses. A Figura 2 apresenta hipóteses decorrentes da principal.

4 Conclusão e Recomendações

Os empreendimentos habitacionais realizados pelo poder público para a população de baixa renda tendem a levar em conta somente as condicionantes físicas do projeto, relegando a realidade socioeconômica da população com relação à sua condição de trabalho, renda, educação, saúde, transporte, lazer e participação comunitária. Este tipo de atitude tem levado a diversos e repetidos insucessos, entre os quais se destacam os processos de degradação ambiental. Por outro lado, ao longo da história e de um modo geral, os EHISs, sejam novos conjuntos, lotes urbanizados ou urbanizações de favelas, não têm conseguido atingir, plenamente, o público alvo ao qual se destinaram (ASTHANA, 1994; BURGESS, 1992; CHOGUILL, 1994; GILBERT & GUGLER, 1992; MATHEY, 1992; MERTENS, 1996).

Relacionado à esta questão, um outro problema necessita atenção especial: o processo de exclusão habitacional ou “expulsão branca”, como o denomina Lúcio Kovarick, que ocorre, com frequência, em áreas de habitação de baixa renda. Sem que sejam tomadas medidas para controlar o nível de exclusão nos EHISs, todo esforço no sentido de melhorar as condições do ambiente das populações carentes pode se tornar improdutivo. Isso porque setores de maior poder aquisitivo exercem pressão e conseguem “expulsar” os mais desfavorecidos, ocupando seus espaços (SAMPAIO, 1998).

É importante notar que soluções para os processos de degradação ambiental e para os de exclusão habitacional podem ser as mesmas. Em estudo sobre o problema de exclusão habitacional em Fortaleza, BEZERRA (1999) sugere algumas medidas:

- incentivo à criação e fortalecimento de associações comunitárias e sua preparação para participar efetivamente no planejamento, projeto, implementação e manutenção de áreas habitacionais por meio de auto-gestão, auto-construção e ajuda mútua;

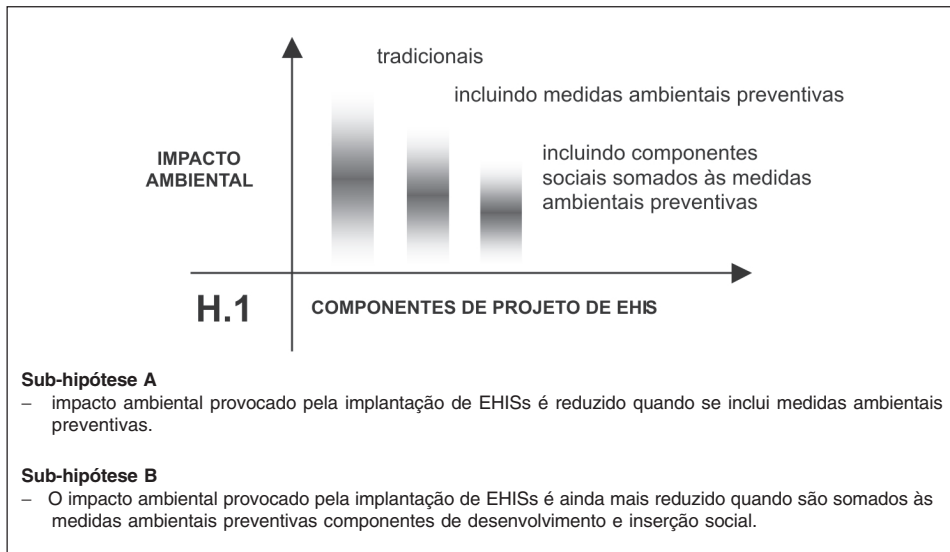


Figura 1 - Hipótese principal

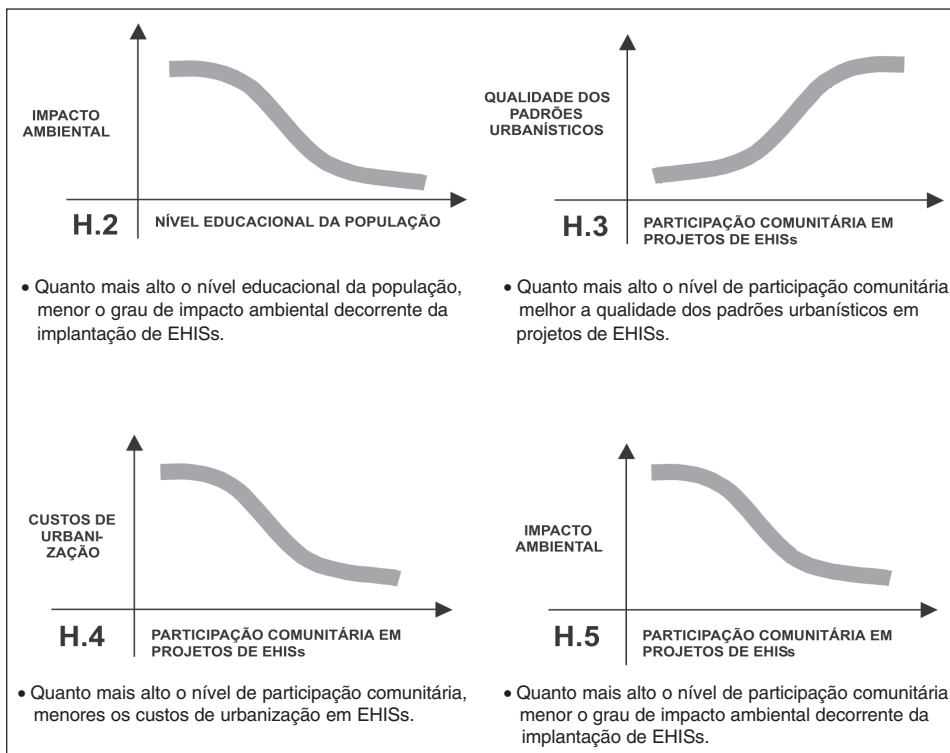


Figura 2 - Outras hipóteses propostas

- disponibilização de treinamento profissional e crédito, com juros subsidiados, para a criação de pequenos negócios;
- disponibilização de crédito, com juros subsidiados, para a construção e melhoria da moradia;
- aumento na oferta de moradias para baixa renda nas suas diversas modalidades;
- eliminação da especulação imobiliária e dos invasores profissionais dentro das áreas de baixa renda; e
- criação de taxas especiais para serviços básicos, como eletricidade, água tratada e esgoto.

Seria interessante, ainda, fazer uma revisão dos princípios do *Novo Urbanismo* (ROSELAND, 1998), de onde se poderia extrair os seguintes:

- criar diversidade habitacional (vários padrões de moradia) dentro de um mesmo empreendimento habitacional;
- promover a diversidade de usos do solo compatíveis com a moradia (comércio, serviços, pequenas indústrias, equipamento de lazer, centro comunitário, etc.); e
- promover a ligação entre moradia e trabalho, encurtando percursos e diminuindo custos e tempo de transporte.

Concluindo, é fundamental e necessário ter o elemento humano como referencial básico para a elaboração dos projetos habitacionais, incluindo programas de inclusão social que considerem a participação efetiva da comunidade organizada e ONGs em todas as etapas do projeto. Este caminho se apresentaria como o mais viável para o controle dos impactos ambientais nos EHISs. Para alcançar tal objetivo relativo à participação comunitária, é necessária uma mudança de comportamento por parte de planejadores e formuladores de políticas habitacionais (MOUGHTIN, 1992), procurando eliminar as forças do clientelismo e da cooptação, que foram e são usadas, pelo poder público, para solapar e suprimir a verdadeira participação (GILBERT & WARD, 1984; RAKODI, 1995).

É fundamental ainda que, nos programas de produção de moradia, a casa e o ambiente sejam vistos somente como meios; como fim deve ser considerada a inclusão social da população. Pode-se, então, afirmar que o investimento no ambiente urbano tem um efeito multiplicador quando é somado ao investimento no desenvolvimento e inserção social. Considerando o princípio acima, em vez de tratarmos sobre empreendimentos habitacionais, trataríamos, sim, de empreendimentos sociais, onde a concepção do projeto seja orientada pelas necessidades e pluralidade dos contextos humano e urbano e os indivíduos sejam vistos em sua totalidade como seres sociais.

5 Referências

- ASTHANA, S. 1994. Integrated slum improvement in Visakhapatnam, India – problems and prospects. *Habitat International*, v.18, n.1, p.57-70.
- BEZERRA, R. 1999. *Residential Displacement Among Low-Income Groups in Fortaleza, Brazil*. Tese (Doutorado) - Institute of Planning Studies, University of Nottingham, UK.
- BEZERRA, R.; JALLOH, S.; STEVENSON, J. 1998. Formulating hypotheses graphically in social research. *Quality and Quantity*, v.32, p.327-353.
- BEZERRA, R.; PEQUENO, R.; SAMPAIO, C. 2001. *Habitation Précaire à Fortaleza, Brésil – Analyses et Perspectives*. Trabalho preparado para a Fondation Abbé Pierre Pour le Logement des Désfavorisés – França. (mimeo).
- BONDUKI, N.G. 1997. Hábitat II e a emergência de um novo ideário em políticas urbanas. In: GORDILHO-SOUZA, A. (Org.). *Habitar Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90*. Salvador : Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura / Mestrado em Arquitetura e Urbanismo / Lab-Habitat.
- BURGESS, R. 1992. Helping some to help themselves – Third World housing policies and development strategies. In: MATHEY, K. (Ed.). *Beyond self-help housing*. London : Mansell. p.75-91.
- CHOGUILL, C. 1994. Crisis, chaos, crunch? Planning for urban growth in the developing world. *Urban Studies*, v.31, n.6, p.935-945.
- FREITAS, C.G.L. et al. 2001. *Habitação e meio ambiente – Abordagem integrada em empreendimentos de interesse social*. São Paulo : IPT (mimeo).
- GILBERT, A.; GUGLER, J. 1992. *Cities, Poverty and Development – Urbanization in the Third World*. 2.ed. Oxford : Oxford University Press.
- GILBERT, A.; WARD, P. 1984. Community action by the urban poor: democratic involvement, community self-help or a means of social control? *World Development*, v.12, n.8, p.769-782,
- MABOGUNJE, A. 1989. *The Development Process – A Spatial Perspective*. London : Unwin Hyman.
- MATHEY, K. 1992. Positions on self-help housing. In: MATHEY, K. (Ed.). *Beyond self-help housing*. London : Mansell.
- MERTENS, R. 1996. *Forced relocation of slum dwellers in Bangalore, India – slum dwellers, landlords and the government*. Amsterdam : Department of Cultural Anthropology / Sociology of Development, Vrije Universiteit. (Urban Research Working Papers, 41).
- MOUGHTIN, C. 1992. *Urban design: street and square*. Oxford : Butterworth.
- PROJETO MORADIA. 2000. São Paulo : Instituto Cidadania.
- RAKODI, C. 1995. Rental tenure in the cities of developing countries. *Urban Studies*, v.32, n.4/5, p.791-811.
- ROSELAND, M. 1998. *Toward sustainable communities – Resources for citizens and their governments*. Gabriola Island, BC : New Society.
- SAMPAIO, M.R. 1998. Vida na favela. In: SAMPAIO, M. (Org.). *Habitação e Cidade*. São Paulo : FAU-USP / FAPESP.
- WAKLEY, P. 1991. The agenda for urban shelter and international cooperation the 1900s. In: SUCCESSFUL SHELTER STRATEGIES – ODA SHELTER SEMINAR. *Anais ...* Melkle, S. & Mumtaz, B. (Ed.).

Agradecimentos

Ao arquiteto Renato Bezerra Pequeno, por valiosas sugestões, e ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT, que possibilitou a elaboração e divulgação deste trabalho.